



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

ATA N.º 23

----- Pelas vinte e uma horas do dia catorze de dezembro de dois mil e vinte, teve lugar na sede da Junta de Freguesia de Fátima a reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, na qual também participou o Executivo da Junta de Freguesia. -----

Presidente: Carina João Reis Oliveira -----

Secretários: Rui Manuel Marto Henriques -----

----- Ricardo José Pereira Rodrigues -----

Vogais: -----

----- Paulo Jorge Vieira Gonçalves -----

----- Nelson Fernando dos Santos Mota -----

----- Sérgio Manuel da Cruz Lopes -----

----- João Filipe do Rosário Ferreira -----

----- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- Luís Manuel Frazão Vieira -----

----- Teodorico Pereira -----

----- Rui Sérgio Torrão Porto Gonçalves -----

----- António Miguel de Oliveira Coelho -----

----- **Antes da Ordem de Trabalhos** -----

----- A Presidente da Assembleia saudou todos os presentes e o público que acompanhava a sessão em casa, agradecendo a disponibilidade da Junta de Freguesia para a transmissão online, em direto, por forma a permitir a participação de todos os cidadãos interessados. Expressou votos de um bom Natal, independentemente das restrições, valorizando a importância da família e do espírito de união. Informou que Cátia Matilde de Carvalho Pereira e António Gonçalves Oliveira justificaram a sua ausência atempadamente, sendo substituídos temporariamente, nos termos dos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, nº 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro, e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelos elementos Ricardo José Pereira Rodrigues, que ocupou o lugar de segundo secretário da mesa, e Luís Manuel Frazão Vieira.

----- Antes de dar início à ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, tendo iniciado pela resposta ao ofício enviado pela Assembleia de Freguesia de Fátima à Câmara Municipal de Ourém, no seguimento da passada sessão ordinária, sobre o pedido de parecer técnico fundamentados dos vários serviços do Município sobre a desafetação do domínio público de parcelas de terreno e troços de caminhos vicinais de terrenos, principalmente os integrados na área de intervenção do futuro Plano de Urbanização de Fátima. Procedeu à distribuição do documento, bem como do parecer da Dra. Fernanda Paula Oliveira, Professora da Faculdade de Direito de Coimbra, anexo ao ofício da Câmara Municipal. Informou que solicitou ao Posto Territorial de Fátima da GNR uma reunião por forma a fazer um ponto de situação sobre a atuação em fiscalização na cidade, face a regras de restrições Covid, bem como situações na esfera das autoridades policiais (como por exemplo a vigilância a idosos em situação de isolamento). Mais informou os presentes sobre o resultado dessas diligências para as quais estiveram presentes 1 representante de cada força política representada na Assembleia de Freguesia. -----

PR
G.L.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
R.
R.

De seguida apresentou a correspondência recebida: uma comunicação, endereçada por email à Junta e à Assembleia de Freguesia, por parte do cidadão Alípio Castanheira, sobre previsões de ampliação de pedreiras e a respetiva fiscalização, bem como o transporte de mercadorias inerentes ao comércio da pedra, sem precauções e medidas de segurança adequadas. A Presidente da Assembleia colocou à discussão a possibilidade de questionar o Município de Ourém e o Posto Territorial da GNR sobre o teor da comunicação. Tomou a palavra Rui Torrão, membro da Bancada do Partido Socialista, reconheceu as preocupações expressas na comunicação e sugeriu perceber junto Ministério do Ambiente e ou da Economia se os licenciamentos estão conforme e a quem compete a fiscalização, bem como junto do Município entender se as contrapartidas compensam todo o processo e a transformação ambiental e paisagística. Teodorico Pereira, membro do movimento independente MOVE, afirma ser a favor da extração de recursos naturais, desde que feito com regras ambientais, mas reconhece a necessidade de recuperação ambiental e de controlo de horários, poluição, poeiras e ruído. Nuno Prazeres, membro da Coligação PPD/PSD – CDS/PP, referiu que existe um grupo de trabalho da Assembleia Municipal de Ourém para estudar o alargamento e licenciamento das pedreiras em Fátima, onde foram estudados todos os inconvenientes ambientais, horários, condições de expansão e outros assuntos inerentes às pedreiras, onde foi solicitado a todas as entidades intervenientes que se pronunciassem e apresentassem as respetivas inspeções. Ficou assim decidido remeter as questões de acordo com as várias preocupações manifestadas pelos eleitos sobre o assunto explanado. -----

----- Não havendo mais assuntos neste ponto da ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que solicitou a alteração do ponto 9 do período da ordem do dia. Apresentou a proposta de alteração de “Autorização para a celebração de Protocolo entre a Junta de Freguesia de Fátima e a empresa Power Dot, S.A” para “Autorização para iniciar o estudo e procedimento para instalação de dois pontos de carregamentos para veículos elétricos “. A Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Posto isto deu início à ordem de trabalhos. -----

Período de antes da ordem do dia:

- 1º Apreciação e votação da ata da sessão ordinária anterior; -----
- 2º Apreciação da informação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, bem como da situação financeira e patrimonial da Freguesia; -----

Período da ordem do dia:

- 3º Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2021 e respetivos Plano Plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Ações Mais Relevantes; -----
- 4º Alteração à autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais; -----
- 5º Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2021; -----
- 6º Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Fátima; -----
- 7º Apreciação e votação da desafetação do domínio público de parcela de terreno; -----
- 8º Apreciação e votação de topónimo; -----
- 9º Autorização para iniciar o estudo e procedimento para instalação de dois pontos de carregamentos para veículos elétricos -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
R
RR

- 10º Ponto de situação da Casa Mortuária de Fátima; -----
11º Outros assuntos; -----
12º Período destinado à intervenção do público. -----

-----**Período de antes da ordem do dia** -----

----- **Ponto um** -----

Apreciação e votação da ata da sessão ordinária anterior -----

---- A Presidente da Assembleia colocou a ata da última sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto dois** -----

Apreciação da informação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, bem como da situação financeira e patrimonial da Freguesia

---- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que apresentou o discurso que se transcreve, de seguida, na íntegra: -----

“Boa noite, quero desde já cumprimentar a Sra. Presidente desta digníssima Assembleia, os Srs. Secretários, os Srs. Deputados bem como todos os que nos acompanham em casa, via internet. -----

Conforme legislação em vigor irei agora dar a conhecer a atividade desta Junta desde o passado mês de setembro. -----

No que se refere à situação financeira da Freguesia, toda a contabilidade está atualizada e as contas com os procedimentos legais em dia. A situação financeira desta Junta está estável e assim continuará. -----

Todos os protocolos celebrados com a Câmara Municipal de Ourém estão a ser executados dentro das datas previstas e valores estipulados. -----

Património -----

Quanto ao património, neste período de tempo, temos a realçar as limpezas em terrenos da Junta e em caminhos vicinais bem como a melhoria destes caminhos com colocação de tout-venant, trabalhos esses todos efetuados com a nossa brigada de assistente operacionais. -----

Informe que já concluímos o pagamento do terreno que adquirimos confinante com as nossas Pedreiras do Moimento. -----

Quanto a um assunto que foi aqui mencionado na última Assembleia, em relação a terrenos e a um caminho junto do aeródromo que estavam a ser aterrados, quero informar que pelas informações que disponho, os proprietários dos terrenos e o proprietário do aeródromo chegaram a acordo. Quanto ao caminho e após uma visita ao local, a Junta entende que o troço do caminho de domínio público, não justifica por enquanto uma intervenção para desafetação do domínio público pois trata-se de uma área muito reduzida e o proprietário não demonstrou vontade de o adquirir ou aterrar. -----

Quero também informar que já deu entrada nas instâncias judiciais o processo sobre a Mirafátima e que vou aqui ler para conhecimento e registo. -----

“Na sequência do mandato conferido e na impossibilidade de acordo, sou a informar que já deu entrada no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém a ACÇÃO DECLARATIVA DE CONDENAÇÃO contra MIRAFÁTIMA - Empreendimentos e Investimentos Turísticos Lda., com o NIPC 501958096, capital social de €149.639,37 e sede em Rua Jacinta Marto - Edifício João Paulo II – CV, 2495-450 Fátima, à qual foi atribuído o número ... para reivindicação da posse do prédio, com área total de 450m2, descrito na



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o número 13178, onde se mostra registada a aquisição a favor da freguesia de Fátima, pela Ap. 2165 de 2015/10/20. loja designada como Museu. -----
Conforme decidido pelo mesmo Tribunal em processo anterior contra a empresa Ferreira, Carreira e Vala, Lda. esta loja é propriedade da Freguesia de Fátima e está ocupada pela empresa Ré (Mirafátima) há muitos anos em virtude de ter havido um pagamento à Junta de Freguesia no valor de 62.500€. -----
No entanto, a MiraFátima, Lda. intentou um processo e obteve ganho de causa contra esta Junta de Freguesia, que foi obrigada a devolver-lhe a mesma quantia, acrescida de juros. -----
Desta forma não existe qualquer título válido para a ocupação da loja por parte da Mirafátima e é este o fundamento da ação.” -----

A Junta já efetuou o pagamento de 11 prestações, conforme acordado no tribunal, no valor de 66.000,00€ e que muito nos tem condicionado as nossas pretensões de realização de pequenas obras. -----
Obras na Freguesia -----

Quanto a obras, quero informar que não têm sido realizadas ao ritmo que tivemos até ao 10 trimestre de 2020. A situação em que vivemos a isso muitos nos condiciona. No entanto, temos conseguido responder a todos os alertas e pedidos dos Fatimenses, mais precisamente no apoio direto dos seus problemas materiais e nas suas habitações e logradouros. -----

Os trabalhos da nossa equipa de assistentes operacionais têm incidido na limpeza de aquedutos e sarjetas, corte de matos grossos junto a caminhos vicinais, poda e corte de árvores na freguesia e na zona urbana, e em colaboração com a Proteção Civil Municipal na EB1 fizemos uma intervenção junto à Casa do Povo. Também neste espaço de tempo tivemos o dia 1 de novembro, ou Dia de Todos os Santos e o Dia de Finados. As idas aos cemitérios decorreram de forma ordeira e cumpriram todas as medidas emanadas pela DGS. Um obrigado a todos os Fatimenses pela sua compreensão e colaboração. Como habitual, a Junta teve uma especial atenção aos cemitérios e temos nota de que tudo estava, como os nossos entes, que já partiram, merecem. -----

Informo ainda que está concluída a requalificação da Escola de Moitas/Gaiola e que em breve será assinado um protocolo de cedência a uma associação. Continuamos a aguardar a possibilidade de realização de uma reunião com uma outra associação para analisar a possibilidade de “dupla” cedência do mesmo imóvel. -----

Delegação de Competências -----

Apenas a título informativo e no seguimento da descentralização emanada pelo Governo Central, as transferências monetárias dos protocolos da delegação de competências para bermas e valetas e também para as pequenas reparações em estabelecimentos de ensino, serão feitas pela DGAL e não pelo Município. -----

Orçamento 2021 -----

Como consta da ordem de trabalhos desta assembleia, iremos debater e votar o orçamento para 2021. É um orçamento transparente, com toda a verdade não é um orçamento para um ano de eleições autárquicas, mas é o orçamento possível dadas as incertezas face ao período que estamos a atravessar, não estando nada garantido para um futuro próximo. -----

Espaço do Cidadão -----

Finalmente o nosso Espaço do Cidadão está a funcionar, apesar de ainda não termos dado informação oficial do mesmo aos nossos fregueses. Continua ainda, por parte da AMA a faltar limar muitas arestas

Handwritten signature in blue ink.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

(Credenciais em falta ou que não funcionam, problemas técnicos com os programas, falta de equipamentos (material técnico para recolha de dados biométricos para o IMT) e também está a decorrer o Procedimento Concursal Comum de Recrutamento para Ocupação de um Posto de Trabalho (antes 1 candidata, agora 75). Assim, entendemos que deverá continuar a funcionar e a prestar os serviços gradualmente até haver as condições de responder a 100% a todos os serviços que podemos realizar no espaço. -----

Associativismo -----

Neste sector o nosso trabalho não foi muito significativo (todos temos noção da reduzida atividade das Associações) mas incidiu principalmente com fornecimento de EPI a Instituições, situação que se agravou no mês de outubro pois o nosso stock está praticamente esgotado e as verbas disponíveis do nosso orçamento já não permitem aquisição de mais EPI para 2020. -----

Temos apenas a assinalar a colaboração, com o Fátima Trail Team, para realização da 7ª Edição do Trail de Fátima e que decorreu no passado dia 25 de outubro. Decorreu tudo dentro da normalidade possível e sem qualquer incidente. Todos os participantes elogiaram a prova bem como toda a organização. -----

Eleições Presidenciais -----

Conforme têm conhecimento, terão lugar a 24 de janeiro de 2021 as Eleições Presidenciais. Devido à fase que atravessamos, não serão umas eleições como habitualmente conhecemos. O Executivo e atendendo aos 10.574 eleitores (há data) está a tentar que sejam realizadas no local habitual, ou seja, no Salão Paroquial. À semelhança das edições anteriores, mantêm-se as 12 assembleias de voto. Esperamos que tudo corra dentro da nova normalidade e com as limitações já conhecidas por todos vós. -----

Comissão Social de Freguesia -----

Quanto à atividade desta Comissão tenho a registar o “fornecimento” de muitas mobílias essenciais para “sobrevivência” e condições mínimas de conforto para agregados familiares, e que têm solicitado tanto à Junta como ao SAAS (antiga RLIS) apoio. Como é do vosso conhecimento, ao longo do tempo fomos recebendo doações de mobílias, eletrodomésticos, roupas, brinquedos, bens alimentares, entre outras coisas, de particulares e empresas, a quem reitero aqui, em nome dos beneficiários o meu sincero agradecimento e informo que este ano foi praticamente tudo distribuído, ficando apenas algumas roupas de adulto e crianças. Infelizmente os pedidos de ajudam chegam-nos todos os dias e temos unido esforços para tentar colaborar da dentro das nossas melhores possibilidades. -----

Realço que a entrega de EPIs para este ano civil terminou, tendo a Junta esgotado todo o material que foi adquirindo ao longo do ano. Considero que foi feita uma distribuição de forma justa, tentando abranger todas as instituições da freguesia e reforçando o apoio sempre que solicitado. Um bem-haja a todos os técnicos e colaboradores das nossas instituições, pelo esforço e inteira dedicação à causa social. -----

Estamos a chegar ao fim de mais um ano, um ano atípico e jamais imaginado, e com este aproximar do fim vem também toda a sensibilidade natalícia, em especial de todos os técnicos que acompanham as nossas famílias e certamente de todas aquelas que diariamente trabalham com o setor mais carenciado. -----

Este ano, a Comissão Social de Freguesia decidiu contemplar algumas famílias com vales de combustível, talho e minimercado, permitindo que os agregados façam as compras consoante as suas reais necessidades, poupando o dinheiro de um ou dois depósitos de gásóleo/gasolina e ao mesmo tempo beneficiando o nosso comércio local e comerciantes, deixando de lado as grandes superfícies comerciais. Também o Rotary Club decidiu colaborar, à semelhança de anos anteriores, com a Comissão Social de Freguesia oferecendo cerca de 20 cabazes, onde será incluído o bacalhau, as batatas, azeite e restantes

G.
R.
R.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

produtos. Não serão só bens para alimentação como também para higiene pessoal. Cada cabaz será elaborado mediante a necessidade e composição de cada agregado. Também para estes cabazes, as compras serão todas feitas nos nossos minimercados locais. Ainda no seguimento da reunião com o Rotary Club, e quando lhes foram disponibilizados os números e a composição dos agregados para os cabazes, decidiram na hora, colaborar com a oferta de brinquedos, adequados à idade e ao género, a incluir em cada cabaz. Um agradecimento antecipado a este Rotary Club de Fátima, pela consideração e sempre disponibilidade para colaborar com as nossas famílias. -----

Por fim, a Câmara Municipal de Ourém fez, solicitou a cada Junta de Freguesia, o levantamento do número de famílias e composição do agregado familiar que estão a passar dificuldades, em larga escala agravados por esta pandemia, e aprovou para Fátima, a entrega de 82 ceias de Natal, confeccionadas, e a serem entregues em cada casa, na noite de 24 de dezembro! Atitudes que enchem corações. Um especial obrigado ao Município por tão nobre iniciativa. -----

Ainda, no âmbito da Comissão Social de Freguesia, gostaria de informar que os três fregueses que foram "contemplados" para a melhoria na área da saúde dentária já têm os seus tratamentos concluídos, bem como toda a dentição artificial necessária. Mais uma vez, obrigado ao Rotary Club e à Clínica Dentária que tão importante serviço prestou. Esperamos para o ano conseguir novos apoios deste cariz. -----

Recolha de Monos -----

Só para dar conhecimento que este serviço continua a dar muito trabalho semanalmente aos nossos funcionários. Muitas semanas não conseguimos dar resposta a todas as solicitações ficando assim para a semana seguinte. A título informativo, desde a nossa última sessão de assembleia ordinária, em setembro, fizemos recolhas em 62 casas de fregueses. -----

Cemitério de Fátima -----

Neste assunto tão delicado queria apenas informar a necessidade urgente de a curto prazo procedermos a obras de alargamento do Cemitério de Fátima. Só para terem uma noção, desde o início do mês de outubro foram efetuadas 32 inumações, sendo que no dia 21/11, quando o nosso concelho estava em risco extremamente elevado, com recolher obrigatório às 13h00, conseguimos, infelizmente, realizar 4 funerais. Quero também aqui dar a conhecer que também no cemitério de Boleiros/Maxieira já não temos nenhum talhão totalmente livre. Será a breve trecho um problema para resolver, sendo que aqui a questão do terreno está assegurada. -----

Natal 2020-----

Como todos têm noção, o Natal 2020 será, infelizmente, diferente. Apesar de vivermos dias sombrios, a nossa sociedade precisa de estímulos e "luz". A Junta, através da Comissão Social de Freguesia irá, dentro das possibilidades, levar o "calor" e o estímulo dentro das casas mais necessitadas e pensamos que o nosso Município não descuro a luminosidade na nossa cidade, conseguindo assim, este ano, transmitir um aumento de ambiente natalício, com cor, luz e som, para que todos vivam melhor esta quadra. -----

Foi inaugurado, no passado sábado o presépio, na Av. D. José Alves Correia da Silva, junto ao túnel. Um trabalho de excelência feito em colaboração, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Comunidade Vida e Paz. Não posso deixar de congratular publicamente esta instituição pelo seu empenho e dedicação na elaboração deste trabalho tão distinto; aliás, como já nos vem habituando ao longo dos anos, quando colabora com a nossa comunidade. -----

G.
L.
PR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

Aproveito a oportunidade para desejar a todos vós, e a quem nos acompanha lá em casa, um Santo e Feliz Natal e um melhor 2021, correspondendo às expectativas de cada um de vós. ----- Bem-haja." -----

---- A Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do Presidente da Junta, enalteceu o início do funcionamento do Espaço do Cidadão e louvou a iniciativa da Câmara Municipal de Ourém pela oferta das ceias de Natal e à Comissão Social de Freguesia pela oferta dos vales e cabazes, proporcionando o conforto digno da época festiva a quem se encontra em situação mais frágil. -----

---- Tomou a palavra Rui Torrão, membro da bancada do Partido Socialista, questionado qual o motivo para não se ter imposto a desocupação imediata do espaço inerente ao processo MiraFátima, aquando da instauração do processo. Em relação ao Espaço do Cidadão reforçou de forma saudosa a sua implantação e abertura e em relação às verbas alocadas a apoios sociais para a época do Natal questionou os valores exatos. Saudou a Câmara Municipal pela atribuição das oitenta e duas ceias de natal, a famílias necessitadas, e em relação ao Presépio da Avenida Dom José Alves Correia da Silva endereçou, publicamente, os parabéns à Comunidade Vida e Paz, pela obra apresentada. -----

---- Nuno Prazeres, membro da bancada do PPD/PSD – CDS/PP, louvou a iniciativa da Câmara Municipal de Ourem pela iniciativa da entrega das ceias de Natal e pelo convite à Comunidade Vida e Paz para a realização do Presépio, que originou uma obra de arte. Em relação ao Espaço do Cidadão enalteceu a sua abertura e em relação às eleições presidenciais expressou a sua preocupação por eventuais aglomerados, sugerindo alternativas ou divisão de horários. -----

---- Teodorico Pereira, membro do Movimento Independente MOVE, questionou se processo MiraFátima é o mesmo abordado anteriormente ou se é apenas em relação à desocupação e benfeitorias. -----

---- O Presidente da Junta esclareceu, relativamente ao processo MiraFátima, que no mandato anterior foi necessário retomar o referido processo partindo do pressuposto que para iniciar as exigências era necessário estar em nome da Junta de Freguesia de Fátima, sendo que após esta parte processual foi então a Junta condenada a pagar os 90.000,00 €. A segunda ação intentada foi a ação de despejo. Esclareceu que é o mesmo processo com duas ações em tribunais diferentes. Em relação ao Espaço do Cidadão informou que será feita a divulgação do início da atividade apenas quando estiverem reunidas todas as condições por parte da AMA, desde credenciais, sistema interno e material necessário e por fim, relativamente à opção da Junta de Freguesia de não aceitação da implementação do referido espaço em instâncias anteriores prendia-se à falta de condições e apoios, pelo que à data a Câmara Municipal de Ourém apoiará o Espaço do Cidadão com o pagamentos de dois funcionários para os postos existentes. Em relação aos apoios para a área social o valor disponível na verba da Junta de Freguesia é cerca de 1.200,00€, além do valor atribuído pela Fundação Rotária Portuguesa através do Rotary Club de Fátima, e de 200,00€ entregues à Comissão Social de Freguesia pela Universidade Sénior do CEF, esclarecendo que os cabazes e vales serão atribuídos com base nestes três valores. Em relação às eleições informou que foi ponderado a realização das eleições noutra local, mais disperso, no entanto serão realizadas nos dois pisos do salão paroquial, tentando prever todo o tipo de situações e salvaguardando a maior segurança possível para os eleitores e membros das mesas. -----

---- A Presidente da Assembleia agradeceu todos os esclarecimentos prestados relativamente à intervenção do Presidente da Junta e questionou se algum dos elementos teria mais algum pedido de esclarecimento ou voto a apresentar. Não havendo de início ao período da ordem do dia. -----

F.
R.
RR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

Período da ordem do dia: -----

----- Ponto três -----

Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2021 e respetivos Plano Plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Ações Mais Relevantes; -----

----- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta e convidou os serviços de contabilidade da Junta de Freguesia a fazer a apresentação do ponto em apreço. O Presidente da Junta explicou que o Orçamento de 2021 foi elaborado de acordo com as regras e princípios orçamentais do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), tendo como bases as informações da DGAL e respeitando sempre o equilíbrio do mesmo. Para o exercício de 2021, a Freguesia de Fátima apresenta um orçamento com um total de receitas a arrecadar e despesas a realizar no montante de 1.737.495,22€. Em relação à despesa orçamental prevista para o ano de 2021, salientou o montante de 1.229.192,55€ com a previsão de investimento na realização de obras. Em termos percentuais estes investimentos representam cerca de 70,75% do total da despesa a realizar para 2021. Uma percentagem muito elevada tendo em conta a dimensão da nossa Junta. Evidenciou, dentro dos principais investimentos a realizar, a requalificação do Edifício do Mercado de Fátima e a implementação da nova Biblioteca Pública de Fátima, para os quais já se encontram as candidaturas aprovadas, com os subsequentes apoios financeiros e capitais próprios desta Junta. Na elaboração deste orçamento de 2021, também, foram previstas as obras de modernização do interior do Edifício do Mercado de Fátima. Para a realização desta obra, esta Junta candidatou-se, igualmente, a um projeto de investimento, estando a sua aprovação apenas pendente da entrega do Regulamento do Mercado Local de Produtores de Fátima aprovado em Assembleia de Freguesia. Para o efeito será submetido à vossa apreciação e votação no ponto 6 da ordem de trabalhos. Explicou que apesar destes investimentos de maior impacto financeiro, este Executivo, tal como em anos anteriores, pretende continuar a executar melhoramentos em viadutos e arruamentos por toda a freguesia a cuidar dos caminhos vicinais, da sinalização e trânsito e dos nossos cemitérios. As associações existentes e os fatimenses também serão apoiadas. Ao nível dos eventos a realizar em 2021, foram aprovados 10.000,00€, não tendo ainda sido definidas atividades, tendo em conta esta situação atípica que estamos a viver (covid-19). Este montante poderá ser reforçado, mediante a verificação de melhorias por todo o país. Ao nível das despesas correntes com instalações (eletricidade, água, comunicações, reparações, seguros) e aquisições de combustíveis, os valores previstos para o ano de 2021, tiveram como base de cálculo os valores gastos no ano de 2020. -----

----- Seguiu-se a apresentação técnica do Orçamento de 2021 da Freguesia de Fátima, tendo a Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia de Fátima, Sofia Simões, feito a apresentação que se transcreve, de seguida, na íntegra, com apoio de uma projeção: -----

"Boa noite a todos os presentes. -----

Vamos iniciar esta apresentação do Orçamento de 2021 da Freguesia de Fátima, começando por analisar a sua receita orçamental. -----

Quadro1 –Estrutura Orçamental da Receita para 2021 -----

De acordo com o quadro em análise, verificamos que para o exercício de 2021 a Freguesia de Fátima prevê arrecadar receitas no montante total de 1.737.495,22€, o que corresponde ao somatório das receitas correntes com as receitas de capital. -----

Relativamente à estrutura da receita para 2021, percebemos que a principal fonte de receita da Freguesia são as transferências capital, que apresentam o montante de 835.327,93€. -----

G.
L.
R.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

De seguida, temos as transferências correntes com o montante de 424.145,29€. -----
Por último, destacamos a receita vinda com a venda de bens de investimento com o montante de 200.000,00€. Nesta rubrica está contemplada a receita obtida com a venda dos terrenos nos cemitérios e a venda de terrenos da freguesia para alinhamentos e construção. -----

Quadro 2 – Proveniência das Transferências de Capital -----

Dada a importância, da rubrica das transferências de capital sobre o total da receita a arrecadar para 2021, é importante demonstrarmos a sua proveniência: -----

Assim, perante o quadro em análise, verificamos que da Administração Central está previsto recebermos o montante 484.779,14€. -----

Esta verba está relacionada com as candidaturas submetidas para a Requalificação do Edifício do Mercado de Fátima e com a candidatura submetida para a Implementação da nova Biblioteca Pública de Fátima. ---

Dentro das transferências de capital estão também as verbas a receber do Município de Ourém, no montante de 350.548,79€. Este montante está relacionado com os protocolos de apoio financeiro, entre os quais destacamos os de maior valor, nomeadamente: o Protocolo para a Requalificação do Edifício do Mercado de Fátima e o Protocolo para a aquisição do terreno para o cemitério de Fátima. -----

Quadro 3 – Proveniência das Transferências Correntes -----

Como foi referido anteriormente a rubrica das Transferências Correntes também ocupa uma posição de destaque na estrutura da receita de 2021. -----

Logo é importante percebermos a sua origem: -----

Perante o quadro em análise, verificamos que as transferências correntes são compostas pelas verbas vindas da Administração Central no montante total de 298.454,79€. -----

Aqui temos a receita vinda do Fundo de Financiamento Freguesias, a receita da DGAL para a transferência de competências, a comparticipação da DGAL na Remuneração dos Eleitos e por último, a comparticipação do IEFP nos Contratos de Emprego Inserção. -----

Dentro das transferências correntes estão também as verbas a receber da Administração Local nomeadamente do Município de Ourém com o montante de 75.690,50€, no âmbito dos diversos protocolos de apoio financeiro, entre eles: os caminhos vicinais, os recursos humanos e o projeto da Biblioteca. -----

Por último neste agrupamento temos os donativos a receber com uma previsão de 50.000,00€. -----

Quadro 4 – Receitas Previstas para 2021 -----

No gráfico seguinte, temos a distribuição da receita orçamental de 2021, onde se evidencia, mais uma vez, a importância da rubrica das Transferências de Capital com 48,08% e de seguida a rubrica das Transferências Correntes com 24,41%. -----

Quadro 4 – Receitas Próprias da Freguesia para 2021 -----

No quadro seguinte vamos falar das nossas Receitas Próprias, em que para o ano de 2021 prevemos atingir o montante de 478.022,00€. -----

Dentro das Receitas Próprias temos: -----

- A Receita de IMI; -----

- A Receita das Taxas emitidas (atestados, receitas das bancas no mercado, alugueres de terrado e as licenças de canídeos); -----

- Os Rendimentos da Propriedade (rendas das Lojas do Edifício do Mercado Fátima e da Casa Mortuária e os rendimentos de terrenos da freguesia cedidos para exploração); -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
R.
R

- A Venda de Bens e Serviços Correntes (receita obtida com os serviços dos funerais, a receita da dívida do leite); -----

- As Outras Receitas Correntes (possíveis indemnizações das companhias dos seguros em caso de sinistros); -----

- E por último a Venda de Bens Investimento (venda de terrenos nos cemitérios, a venda de terrenos para alinhamento e a venda de outros terrenos da propriedade da freguesia). -----

Gráfico 2 - Peso das Receitas Próprias -----

No gráfico seguinte podem verificar o peso das nossas Receitas Próprias sobre o total da Receita que em termos percentuais é de 27,51%. -----

Quadro 5 - Quadro Estrutura Orçamental da Despesa -----

Passando agora para a análise da Despesa da Freguesia: -----

Para o exercício de 2021, a Freguesia prevê um total de Despesa a realizar no montante 1.737.495,22€, que corresponde ao somatório das despesas correntes com as despesas de capital. -----

Dentro das Principais Despesas da Freguesia temos: -----

- A Aquisição de Bens de Capital no montante de 1.229.192,55€. Nesta rubrica, temos as Obras e os Investimentos a realizar em 2021; -----

- As Despesas com Pessoal com o montante de 292.624,20€; -----

- A Aquisição de Bens e Serviços com o montante de 168.278,47€. Nesta rubrica, temos as despesas diárias da junta, nomeadamente, os encargos com as instalações, a conservação e reparação de bens (automóveis e instalações), os serviços externos contratados, entre outros. -----

Quadro 7 - Aquisição de Bens de Capital / Investimentos 2021 -----

Dado a importância do valor que vamos despende com a Aquisição de Bens de Capital, é importante explicarmos quais são as obras e os investimentos a realizar para o ano 2021: -----

Assim de acordo com quadro em análise temos: -----

- A Requalificação do Edifício do Mercado de Fátima com o montante de 625.946,32€; -----

- A Biblioteca Pública de Fátima com o montante de 198.262,50€; -----

- Os Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares com a quantia de 140.000,00€. -----

Gráfico 3 - Distribuição da Despesa pelas diferentes Rubricas -----

No gráfico seguinte, temos a distribuição da Despesa Orçamental da Freguesia onde verificamos, mais uma vez, o peso da Aquisição de Bens de Capital sobre o total da Despesa a Realizar. Em termos percentuais a Aquisição de Bens de Capital representa 70,75% sobre o total da despesa a realizar. -----

Slide das Considerações Finais -----

Para Terminar, verificamos, que para o exercício orçamental de 2021, a Freguesia apresenta um Orçamento com um Total de Receitas e de Despesas a Realizar de 1.737.495,22€. -----

Termino assim esta apresentação, agradecendo o uso da palavra à Sr. Presidente da Assembleia, estando ao dispor para qualquer esclarecimento. -----

Obrigada a todos presentes pela atenção despendida." -----

----- A Presidente da Assembleia agradeceu a apresentação, atribuiu um reconhecimento aos serviços da Junta de Freguesia na preparação de todo o material necessário para as sessões de Assembleia de Freguesia e passou a palavra aos membros eleitos para apresentarem dúvidas, questões, apreciações ou posições políticas. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
L
RR

----- Tomou a palavra Rui Torrão que considerou o orçamento ambicioso, argumentando que o mesmo prevê a conclusão das obras de requalificação do Mercado de Fátima e da Biblioteca no ano 2021, o que considera não ser fácil de executar na íntegra. Em relação à rubrica das despesas e receitas correntes, onde está contemplado tudo quanto é despesa fixa e pontual, entende que a freguesia de Fátima tem *superavit*. Por fim, diz que seria muito bom que se repetisse, em outros anos, este saldo extraordinário de quase 200.000,00€. -----

----- Paulo Gonçalves, membro da bancada do PPD/PSD – CDS/PP, deu os parabéns ao Presidente da Junta e a toda a equipa, realçando que independentemente das dificuldades que o país e o mundo atravessam o orçamento apresentado é superior ao do ano transato. Nomeou os cerca de 70% de investimentos do total da despesa a realizar para 2021 para bem de capital e reforçou as verbas conseguidas inerentes às candidaturas. -----

----- Sérgio Lopes, saudou os presentes, elogiou a Junta de Freguesia pela ambição do orçamento apresentado, nomeando a requalificação do Mercado de Fátima e da Biblioteca. Em relação ao associativismo questionou qual a verba destinada a apoios, reforçando as dificuldades com que as cerca de trinta e quatro associações da freguesia se debatem nesta fase difícil. -----

----- Teodorico Pereira refere, salvaguardando as restrições obrigatórias no combate à pandemia, que teria gosto em ver os orçamentos, do município e da freguesia, reforçados com investimento em diversidade cultural, sugerindo, à semelhança de sessões anteriores, a criação de um programa cultural específico para Fátima. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu que no orçamento apresentado estão destinados 7.500,00€ para apoio às associações, justificando que atendendo às dificuldades sentidas o Executivo optou por apresentar um orçamento exequível e não um orçamento eleitoralista. Relativamente à falta de planeamento de eventos esclareceu que é impreterível reforçar as verbas para a área social, atendendo ao seu caráter eminente aliado à falta de segurança para a realização de qualquer tipo de evento ou festa. -----

----- Não havendo mais esclarecimentos, a Presidente da Assembleia colocou o Orçamento para o ano de 2021 e respetivos Plano Plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Ações Mais Relevantes à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Também esta parte da ata foi aprovada, em minuta, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Ponto quatro -----

Alteração à autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais; -----

----- A Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Junta sobre a nomenclatura do ponto a apresentar tendo o Presidente da Junta esclarecido que o pretendido é apenas a autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais, solicitando a retirada da alteração. A Presidente da Assembleia questionou os membros eleitos se concordavam com a alteração solicitada, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Junta explicou que o presente ponto se prende com processos contabilísticos sobre os contratos que transitam de um ano para o outro. -----

----- A Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à discussão a proposta de autorização para a assunção compromissos plurianuais para o ano 2021 e não havendo esclarecimentos colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Solicitou ainda a extração desta parte da ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, tendo sido aprovada também por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

Gi
RR

----- Ponto cinco -----

Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2021; -----

----- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta para se pronunciar sobre o presente ponto da ordem de trabalhos tendo este explicado que a única alteração prevista para o mapa de pessoal para o ano 2021 é a integração de um ou uma assistente técnico/a para o Espaço do Cidadão, para o qual já decorreu a primeira fase do concurso. -----

----- Nuno Prazeres questionou se o mapa de pessoal prevê os contratos que a Junta de Freguesia celebra pontualmente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, doravante designado por IEFP. -----

----- Teodorico Pereira perguntou se os funcionários existentes no mapa de pessoal são suficientes para a realização de todos os trabalhos afetos à Junta de Freguesia ou se para um bom funcionamento seriam necessários mais. -----

----- Nelson Mota, membro da bancada do PPD/PSD – CDS/PP, identificou, nos documentos anexos ao ponto, que estava contemplada a afetação de um funcionário para a biblioteca, tendo o Presidente da Junta juntamente com a técnica oficial de contas esclarecido que se trata de um erro de colocação, sendo de considerar que a indicação se prende à coluna dos “providos” e não “a prover”. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu ainda que os contratos efetuados com o IEFP não incluem os funcionários no mapa de pessoal, que este mapa contempla apenas os colaboradores afetos à Junta. Em relação ao número de funcionários o Presidente da Junta entende que no momento são suficientes, estando contemplado o bom funcionamento de cada setor. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou o presente ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Solicitou ainda a extração desta parte da ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, tendo sido aprovada também por unanimidade. -----

----- Ponto seis -----

Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Fátima; ----

----- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que explicou que com o objetivo de modernizar e requalificar o interior do Edifício do Mercado de Fátima, esta Junta de Freguesia, candidatou-se, no início deste ano, ao Programa de Desenvolvimento Rural, PDR 2020 - Medida 10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais. Um dos requisitos para a aprovação deste projeto é a Junta de Freguesia ser detentora de um Regulamento que promova, entre outros aspetos, a valorização da produção local, privilegiando, assim, os produtores locais, incentive as práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis. Neste sentido, foi elaborado o “Regulamento do Mercado Local de Produtores de Fátima”, colocado à vossa apreciação e para o qual o Executivo da Junta solicita a aprovação e votação por parte da Assembleia de Freguesia. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou a proposta à discussão e após meros esclarecimentos a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguiu-se a sua aprovação em minuta, também por unanimidade, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Ponto sete -----

Apreciação e votação da desafetação do domínio público de parcela de terreno; -----

----- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que explicou que o Executivo aprovou e deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia de Freguesia a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 152,00m², sita em Rua Principal, Moimento,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

freguesia de Fátima, concelho de Ourém, confrontada a Norte com Herdeiros de Adelaide Grave Luís Santos, Nascente com Fernando Terceiro, Sul com Arménio Gameiro de Oliveira e Poente com Estrada - Mapa 1 (Anexo I). -----

---- A Presidente da Assembleia colocou a proposta à discussão e não havendo esclarecimentos a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguiu-se a sua aprovação em minuta, também por unanimidade, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Ponto oito -----

Apreciação e votação de topónimo; -----

---- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que explicou que a Junta de Freguesia recebeu um requerimento de Fábio Pereira a solicitar a atribuição do topónimo “Beco Maria Carreira”, a uma via que tem início na Rua Maria Carreira e segue para Norte sem saída, no lugar de Moita Redonda – Mapa 2 (Anexo II). Após os membros do Executivo se deslocarem ao local e verificarem que se trata de uma via sem saída, concordaram com a proposta apresentada e propuseram a sua apreciação e votação à Assembleia de Freguesia. -----

---- A Presidente da Assembleia colocou a proposta à discussão e não havendo esclarecimentos a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguiu-se a sua aprovação em minuta, também por unanimidade, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Ponto nove -----

Autorização para iniciar o estudo e procedimento para instalação de dois pontos de carregamentos para veículos elétricos; -----

---- A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta que começou por explicar o pedido de alteração da nomenclatura do ponto em apreço, solicitada antes do período da ordem do dia, remetendo a necessidade de iniciar o estudo e procedimento para a referida instalação em espaços privados, nomeadamente no espaço exterior do Mercado de Fátima e no Centro de Saúde de Fátima. Nesta senda expressou a vontade do Executivo de avançar com o estudo para a instalação de pontos de carregamento na cidade de Fátima, atendendo à sua localização geográfica face à A1 e ao facto dos que existem, afetos apenas a uma marca, terem sempre muita procura. -----

---- Teodorico Pereira questionou a instalação dos postos de carregamentos trará receitas para a freguesia, tendo o Presidente da Junta esclarecido que à partida uma percentagem da receita reverterá para a freguesia onde os postos estão instalados. -----

---- Rui Torrão questionou se seriam dois ou quatro postos tendo o Presidente da Junta esclarecido que a ideia a estudar será a colocação de dois postos com dois carregadores em cada posto, ou seja quatro carregadores. -----

---- Nuno Prazeres elogiou a aposta da Junta de Freguesia, considerando-a uma mais valia, uma vez que a realidade de carros elétricos é cada vez maior e em Fátima apenas existem de carregadores para uma marca de alta gama. -----

---- Sérgio Lopes relembra que esta aposta nas energias sustentáveis e limpas fazia parte dos objetivos do mandato da Coligação, tanto à Câmara, que já procedeu à instalação, como à Junta de Freguesia, elogiando o cumprimento da promessa eleitoral. Explicou ainda que o posto mais próximo para carros elétricos é na área de serviço de Leiria, na A1, considerando ser uma mais valia para Fátima a instalação de postos estratégicos, que permitirá às pessoas visitar Fátima enquanto aguardam. -----

G
R
R



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
R.
RR

----- A Presidente da Assembleia solicitou à Junta de Freguesia um estudo cauteloso antes do avanço com a referida instalação, devendo a Junta de Freguesia indagar previamente se tem competências para o fazer uma vez que lhe parece que pode ser equiparado a uma instalação de ponto de combustíveis (neste caso, energia), mas que sendo possível realça que a instalação será uma excelente notícia para a freguesia. Posto isto, colocou o ponto em discussão à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Também esta parte da ata foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos. -----

----- Ponto dez -----

Ponto de situação da Casa Mortuária de Fátima; -----

----- A Presidente da Assembleia lembrou que na última sessão foi requerido à Junta de Freguesia o envio do contrato referente à Casa Mortuária e solicitou ao Presidente da Junta que fizesse um enquadramento da situação. O Presidente da Junta apresentou a explicação que se transcreve, de seguida na íntegra: -----

"A Junta de Freguesia é proprietária de um edifício constituído pela própria e em terrenos por ela própria adquiridos por compra, no qual tem funcionado uma casa mortuária. -----

Esse bem pertence ao domínio privado da Junta de Freguesia e é um bem disponível, pois não está afetado a nenhuma finalidade essencial, que só a Administração possa prosseguir. -----

Por necessidade de orçamento para adquirir um terreno que permite a expansão do cemitério, esse sim, um bem essencial, a Junta teve oportunidade de outorgar um contrato de arrendamento da casa mortuária, com o pagamento adiantado de um valor que permite a compra do terreno. -----

Sem este contrato a Junta não teria tido capacidade financeira para essa aquisição. -----

Nos termos do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, (Artigo 126.º -Arrendamento de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais - 1 - Ao arrendamento de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais aplica-se a lei civil, etc) pelo que foi ao abrigo do direito privado aplicável aos arrendamentos que o contrato foi elaborado. -----

Em obediência aos mesmos princípios, as entidades abrangidas pelo referido decreto-lei, entre outras, as autarquias locais, devem, contudo, na contratação observar os princípios gerais da atividade administrativa, designadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé (cfr. art.º 3.º do Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro). -----

Assim, a gestão, a utilização e a alienação dos bens imóveis das autarquias locais devem ser realizadas, de acordo com, a ponderação dos custos e benefícios; o espaço ocupado nos bens imóveis deve ser avaliado e sujeito a contrapartida, podendo esta assumir a forma de compensação financeira a pagar pelo serviço ou organismo utilizador, as decisões relativas à alienação e oneração e à escolha das formas de administração dos bens imóveis devem atender à equidade na distribuição de benefícios e custos, designadamente entre gerações. -----

Na elaboração do contrato da casa mortuária, pela urgência da contratação e porque não houve mais interessados, após uma breve prospeção pelas bases negociais e critérios em que assentam economicamente os operadores do sector não foi feita publicação. -----

Havendo um só proponente foi feito um ajuste direto, justificado pela urgência da aquisição do terreno para ampliação do cemitério, cuja compra já tinha sido negociada e tinha de ser cumprida, sob pena de não existir nas proximidades do cemitério outro terreno apto à expansão do mesmo. -----

Para assegurar a compra a Junta teve de provisionar a tesouraria e este contrato foi o instrumento



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

encontrado, permitindo satisfazer a necessidade de poder ter espaço para mais campos, o que efetivamente estava a ser urgente pela exiguidade do espaço disponível. -----

Para a decisão foi ainda preponderante o número médio de enterros por ano, em Fátima, dadas as características da população da freguesia e o número de residentes, cuja densidade ainda está longe dos grandes aglomerados urbanos. -----

Restando ainda algumas dúvidas sobre a forma de contabilização do valor do contrato – se anual, se global – por atenção às competências dos órgãos autárquicos sobre o valor, por uma questão de segurança e de forma a evitar futuras dúvidas deve o mesmo ser ratificado. -----

Cumpra ainda referir que, o Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável aos contratos de compra e venda, de doação, de permuta e de arrendamento de bens imóveis ou contratos similares, pois estes contratos foram excluídos do seu âmbito (cfr. art.º 4º, n.º 2, alínea c), do CCP. -----

Não existindo, assim, um regime jurídico específico aplicável aos bens imóveis de domínio privado das autarquias locais, salvo o constante na Lei n.º 75/2013 que veremos mais adiante. -----

Por este motivo o já referido capítulo III, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, não é aplicável aos bens imóveis de domínio privado das autarquias locais. -----

Nestes termos, sendo o imóvel em causa um bem imóvel de domínio privado da autarquia local, o mesmo pode ser onerado ao abrigo do disposto nas normas legais suprarreferidas da Lei n.º 75/2013. -----

As decisões relativas à alienação e oneração e à escolha das formas de administração dos bens imóveis devem atender à equidade na distribuição de benefícios e custos, designadamente entre gerações, o que foi ponderado, sendo certo que admitindo o recebimento antecipado de rendas, o que pode indiciar gastos a serem pagos pelos futuros fregueses, o certo é que o dinheiro foi aplicado num bem que igualmente tem uma duração longa e vai ser usufruído por novas gerações, sendo justo repartir os custos e os benefícios entre todos. -----

O imóvel arrendado vai continuar a servir as mesmas atividades, a manutenção e melhoramento do mesmo deixa de ser encargo da Junta de Freguesia e o desgaste será o da normal e prudente utilização pelo rendeiro. -----

Devemos ainda salientar que não foi transferido nenhuma atividade atualmente executada pela Junta, sendo unicamente o objeto do contrato o arrendamento da casa mortuária e de algum espaço envolvente.”

----- A Presidente da Assembleia colocou o ponto à discussão tendo tomado a palavra Rui Torrão que antes de apresentar as suas reflexões sobre o contrato em análise deixou à consideração da Presidente da Assembleia se o contrato deveria ou não ter sido alvo de discussão e aprovação em sessão de Assembleia de Freguesia antes da sua assinatura. Em relação ao contrato começou por referir que é um contrato pouco ponderado e mal assessorado juridicamente, questionando o Presidente da Junta se o motivo que o levou a não apresentar antecipadamente à Assembleia de Freguesia foi perceber que poderia não ser aprovado. Apresentou uma análise dos pontos e das cláusulas do contrato começando por referir que não existe nenhuma cláusula que defenda os interesses dos utentes da Casa Mortuária, maioritariamente fatimenses, não inibindo o proprietário de propor preços ou condições conforme entenda, no entanto, e positivamente, o contrato da florista foi salvaguardado e prevê que se mantenha com igual funcionamento. Em relação ao ponto três da cláusula segunda, citando o mesmo, revelou-se espantado por estar considerado ressarcir a inquilina por qualquer obra efetuada, durante trinta e seis meses, bem como a restituição da caução.

g.
RR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

Questionou se o Presidente da Junta considera o pagamento adiantado uma caução, se o valor pago se encontra destinado a ser dividido em prestações para que durante os próximos anos seja mensalmente entregue ao Executivo da Junta, nos cinco mandatos, completos, que vão para além do que se encontra a decorrer, conforme o tempo de vigência do contrato. Em relação às justificações apresentadas sobre a urgência em adquirir os terrenos para alargamento do Cemitério de Fátima considera que era um negócio que se arrastava há imenso tempo e que junto da banca e da Câmara Municipal de Ourém ter-se-iam conseguidos acordos e protocolos muito mais vantajosos e justos, para Fátima, evitando a resolução de forma mal ponderada. Voltando a citar o contrato questionou o Presidente da Junta sobre a cláusula sexta, se terá sentido ser a Junta de Freguesia, após a cessação do contrato a pagar as benfeitorias ou se deveria ser a arrendatária a entregar o objeto com todas as benfeitorias e sem qualquer custo adicional. Por fim, na opinião de Rui Torrão o contrato em apreço não serve os interesses da Junta de Freguesia, prejudica os fatimenses e castiga os executivos vindouros, considerando que as rendas foram pagas de forma adiantada ao invés de serem pagas como caução. -----

----- Teodorico Pereira revelou-se apreensivo com o contrato e sugeriu solicitar a uma entidade externa uma avaliação do mesmo. Questionou, para comparação, se a Junta poderia ter ido à banca adquirir um empréstimo para a aquisição dos terrenos para o cemitério e que custos isso acarretaria, se as despesas de manutenção do edifício da Casa Mortuária ficarão ao encargo da nova empresa e quais as poupanças que se irão refletir para a Junta, quais os serviços públicos que estarão ao dispor da população e se estão salvaguardados os valores do mesmo, prevenindo a empresa de praticar preços elevados, face aos atuais. Por fim, e em relação às benfeitorias, reforçou a necessidade de precaução por forma a não se repetir um erro idêntico ao do MiraFátima, salvaguardando os próximos executivos. -----

----- Nuno Prazeres referiu que sendo o contrato de um objeto que dispõe de situações plurianuais deveria ter sido alvo de discussão na Assembleia de Freguesia, nomeando que os membros eleitos têm, ao longo do mandato, demonstrado capacidade de decisão independentemente do partido político. Solicitou ao Executivo a salvaguarda dos interesses dos cidadãos e das partes envolvidas, sugerindo a revisão e correção do contrato, atempadamente. -----

----- Otilia Cristela, membro da bancada do PPD/PSD – CDS/PP, realçou a intervenção de Rui Torrão enquanto jurista e referiu que fazendo uma análise mais sentimental ao assunto em epigrafe não concordava com o Presidente da Junta quando considerou a casa mortuária um bem não essencial, reforçando que a população das aldeias da freguesia todas gostavam de ter uma casa mortuária, permitindo que pudessem dizer o ultimo adeus aos seus entes queridos com maior conforto e dignidade. Sobre o contrato reforçou a preocupação de não estarem contemplados os preços a praticar, nomeadamente o valor para pemoita do corpo, tendo a empresa liberdade para impor preços que a grande maioria das famílias não consigam suportar. Afirmou que é urgente repensar o que se pretende para o povo de Fátima, que foi chamado para ajudar, e ajudou, na construção da casa mortuária, tornando-a domínio do povo e não domínio público. Por fim, em relação à verba para aquisição dos terrenos para alargamento do cemitério, entende ser uma verba elevada e que a Junta poderia não ter disponível na totalidade ou no imediato, mas considera que sendo um assunto que se acompanha desde o início deste mandato já poderia ter sido pensado e resolvido, sem ser com dinheiro fácil, como refere, e em relação à não existência de mais interessados no negócio da casa mortuária diz que não existiram porque não tiveram conhecimento do mesmo. -----

G.
RR



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

----- O Presidente da Junta em relação às intervenções apresentadas concordou que o contrato deveria ter sido alvo de aprovação na Assembleia de Freguesia, pela verba de 360.000,00€ inerente ao mesmo, referindo que poderá ainda ser alvo das correções sugeridas e discutido em sessão de Assembleia de Freguesia, se assim se entender. Em relação às questões abordadas sobre as benfeitorias declarou que a intenção é que aquando da cessação do contrato a Junta não tenha de devolver valor nenhum e o objeto seja entregue com as benfeitorias a favor da freguesia e em relação aos serviços esclareceu que não haverá agravamento dos valores e que as inumações, que considerou serem um serviço imprescindível, manter-se-ão ao cuidado da Junta de Freguesia. Quanto ao empréstimo através da banca, para contrair a verba necessária à aquisição dos terrenos para a o cemitério de Fátima, o Presidente da Junta explicou que os prazos para pagamento do mesmo eram demasiado curtos para serem viáveis para o orçamento da Junta. Por fim, justificou a realização e assinatura do referido contrato pela necessidade de aquisição dos terrenos, lembrando que é um assunto que remota antes do seu primeiro mandato como Presidente de Junta, informando que anteriormente a Junta já tinha falhado ao cumprimento dos prazos para pagamento do sinal dos terrenos, por falta de verba disponível e não sendo possível a expropriação, que levaria cerca de quinze a vinte anos, o Executivo em funções assumiu avançar com este contrato em prol de Fátima e dos fatimenses. Terminou mostrando-se disponível para apresentar, numa próxima sessão de Assembleia de Freguesia, as lacunas a alterar no contrato. -----

----- Teodorico Pereira esclareceu que não questiona, nem duvida, da boa vontade do Executivo na urgência da compra dos terrenos, mas sugere a solicitação de um parecer a uma entidade competente sobre o contrato em apreço, para ter a certeza os interesses da Junta no presente no futuro, para evitar correr riscos e sair prejudicado. -----

----- Rui Torrão dirigiu-se ao Presidente da Junta dizendo que não aceita a justificação da celebração do contrato para contrair verbas para aquisição dos terrenos para alargamento do cemitério uma vez que o próprio, na sua justificação, disse que a necessidade de aquisição de terrenos remota antes do seu primeiro mandato como Presidente de Junta. Considera que já poderiam ter sido feitas provisões e aquisições à banca, com tempo e ponderação. Acredita na boa vontade da decisão, mas informa que as empresas mudam de dirigentes e aquilo que é válido hoje poderá não o ser amanhã. Termina alegando que o contrato está mal feito, que não serve os interesses da Junta de Freguesia nem dos cidadãos. -----

----- Nelson Mota partilha as dúvidas dos colegas e remetendo para o número três da cláusula segunda refere que está especificado três anos e não vinte. Aborda a área esta disponível 1.058 metros quattros quadrados com possível extensão e solicita ao Executivo algum cuidado na fundamentação de todas as cláusulas, a fim de evitar uma situação como a da MiraFátima. -----

----- Nuno Prazeres refere que num contrato a vinte anos as empresas são alteradas e cada uma vai salvar os seus interesses próprios, diz desconhecer se é possível fazer uma adenda ao contrato, mas considera importante a sua revisão e salvaguarda dos pontos todos abordados. -----

----- Não havendo mais esclarecimentos por parte das bancadas as Presidente da Assembleia em relação ao assunto em epígrafe clarificou que competiria à Assembleia de Freguesia a autorização do procedimento, ou seja, a Lei expressa que este é o órgão que autoriza expressamente a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a junta de freguesia, fixando as respetivas condições gerais, que podem incluir, nomeadamente, a hasta pública. Foi inserido como ponto de situação na Ordem do dia, precisamente para a ocorrência desta discussão com a Junta de

G.
L.
R.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G.
R.
R.

Freguesia, com o pressuposto de se entender e conhecer o contrato referente ao imóvel da casa mortuária. Nesse sentido, e após recolha de todas as dúvidas e aspetos relevantes sobre o contrato por parte de todos os elementos eleitos, a Presidente resumiu que compete à Assembleia pronunciar-se agora sobre os termos de um contrato já firmado e em vigor, ou seja, que sobre este contrato *“Temos poder para olhar, mas não temos poder para lhe mexer.”* Mais declarou que após a apreciação dos membros da Assembleia de Freguesia, fica exposta uma generalizada dúvida sobre: -----

a) Preterição de formalidades – na prévia autorização ao órgão competente (que seria a AF) e atentos também à Plurianualidade orçamental envolvida, ainda que na forma de recebimentos e sem despesa associada; -----

b) Aplicação do regime jurídico ao âmbito deste contrato – observando também os procedimentos inerentes à contratação pública que o mesmo deve garantir; -----

c) Demais clausulado presente em contrato (cujas dúvidas foram expressas por vários membros). – Com os pressupostos mencionados a Presidente propôs à AF, que sendo um órgão deliberativo e de fiscalização, acompanhem a sua proposta de “- Devolver o tema ao executivo da Junta de Freguesia.” A Presidente entende que não tem forma de aprovar o que quer que seja neste contrato, pois nada do que se aprove/rejeite aqui suspende a sua eficácia. Entende que pode ser reiniciado o procedimento e modificar/corrigir para que não sobre margem para dúvidas sobre o mesmo. Recomendou por isso que o Executivo faça a observância legal e jurídica de todos os aspetos focados na discussão havida em reunião. ----- A Presidente da Assembleia passou a palavra aos membros eleitos para se pronunciarem sobre essa proposta, reforçando que a Assembleia de Freguesia não possui competência a este ponto, após as dúvidas expressas, para sanar eventuais ilegalidades ou modificar o clausulado do contrato. Assim, competirá ao Executivo da Junta de Freguesia agir em conformidade e devolver a legalidade e responsabilidade ao contrato. Posto isto, a Presidente da Assembleia colocou à votação a devolução do contrato à Junta de Freguesia nos termos expostos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto onze** -----

Outros assuntos; -----

----- A Presidente passou a palavra aos membros eleitos tendo Teodorico Pereira apresentado um alerta, de um residente da Rua do Colégio São Miguel, que o troço da referida rua desde a Estrada de Leiria até ao Colégio São Miguel não tem passeios, tem muita afluência de trânsito e pedonal, pela existência de duas escolas e apresenta vários problemas estruturais, mais salientes quando chove, representando um perigo para os peões e sendo causadora de acidentes. Solicita assim à Junta de Freguesia um pedido de intervenção junto da entidade competente pela questão. A Presidente da Assembleia informou que fará o encaminhamento da situação para melhoramento do piso e da sinalética, à Câmara Municipal. -----

----- Sérgio Lopes questionou se a Junta de Freguesia tem conhecimento da problemática dos semáforos da Lameira, justificando que se encontram intermitentes há bastante tempo e relativamente aos oleões que a Câmara Municipal pretende instalar no concelho se algum se destina a Fátima. -----

----- Nuno Prazeres elogiou a requalificação da Rua da Forja, mas alertou para duas lacunas na conclusão da obra, nomeadamente nas ligações de duas manilhas que estão desniveladas face ao alcatrão e danificam os carros e os passeios também devem ser equilibrados, feitos com material de primeira e pensados para quem tem mobilidade reduzida. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

G
R
R

----- Nelson Mota questionou o motivo pelo qual a obra da ciclovia na Estrada Nossa Sra. da Ortiga se encontra parada, e solicitou a requalificação da Estrada da Pederneira, que se encontra cada vez mais perigosa. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu que em relação à Rua do Colégio São Miguel irá reforçar novamente o pedido de intervenção à Câmara Municipal, nomeadamente para a construção de passeios, tal como tem feito, recorrentemente, para essa e outras ruas nomeando a título de exemplo a Rua Dr. Júlio Constantino e a Rua Anjo de Portugal, no entanto, considera eu aquando da requalificação da Rua da Padroeira haverá menos escoamento de britas para a Rua do Colégio São Miguel, o que minimizará a perigosidade. Em relação aos semáforos da Lameira referiu que existem alguns problemas com equipamentos e com a empresa que fornece energia, sendo que sendo um procedimento da competência da Câmara obedece a regras para a exsucção que são morosas. Relativamente aos oleões disse que estão destinados dois para a cidade de Fátima, mas para a zona rural, embora o pedido, ainda não há previsão. Disponibilizou-se para verificar as situações relativas à Rua da Forja, esclareceu que a obra da ciclovia se encontra parada devido à necessidade de construção de novas condutas de água para as últimas casas, sendo que está prevista a sua conclusão logo que este problema esteja resolvido, e explicou que na Estrada da Pederneira será executado o saneamento básico e a sua requalificação será à posteriori. -----

----- **Ponto doze** -----

Período destinado à intervenção do público; -----

----- A Presidente da Assembleia explicou que ao abrigo do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação atual e seguindo as normas da DGS, nas sessões de Assembleia de Freguesia só é permitida a presença dos membros eleitos e do secretariado, com obrigatoriedade de todos os presentes utilizarem máscara de proteção. As sessões serão transmitidas em direto, no sítio eletrónico da Junta da Junta de Freguesia de Fátima, permitindo ao público que sejam colocadas questões através do email assembleia@freguesiade-fatima.pt. A Presidente da Assembleia questionou os serviços sobre algum email que tenha chegado e não havendo qualquer comunicação desejou umas festas felizes, um Natal valioso em espírito, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida, posta à discussão e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

Presidente da Assembleia
Carina João Reis Oliveira



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
FÁTIMA

1º Secretário

Rui Manuel Marto Henriques

2ª Secretária

Ricardo José Pereira Rodrigues